

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001713-85.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Planos de Saúde**  
 Requerente: **Pedro Henrique Chiuzuli Delsim**  
 Requerido: **Unimed São Carlos - Cooperativa de Trabalho Médico**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

**PEDRO HENRIQUE CHIUZULI DELSIM** ajuizou  
 Ação de **OBRIGAÇÃO DE FAZER – RESTABELECIMENTO DE CONTRATO**  
 c.c. **ANTECIPAÇÃO DE TUTELA** em face de **UNIMED SÃO CARLOS –**  
**COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**, todos devidamente qualificados.

O requerente, menor de idade, devidamente representado pelos genitores possuía um plano de saúde junto à requerida. Por dificuldades financeiras seus pais deixaram de pagar algumas parcelas. Alega que no mês de novembro de 2015 sua mãe entrou em contato com a ré obtendo informações de que seria possível a regularização das pendências para novo envio dos boletos de pagamento. Foi então providenciado o pagamento das parcelas em atraso. Passados dois meses necessitou agendar, uma consulta mas não conseguiu, sendo sua mãe informada sobre o cancelamento. Requereu o deferimento da antecipação da tutela determinando sua reintegração ao plano de saúde e a procedência da ação condenando a requerida ao pagamento de indenização a título de danos morais. A inicial veio instruída por documentos às fls. 16/29.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A antecipação da tutela foi deferida às fls. 30/31, com a ciência ao MP às fls. 36

Devidamente citada a requerida apresentou contestação comprovando o cumprimento da antecipação da tutela. Alegou que respeitou todos os requisitos para efetivar a rescisão do contrato como, por exemplo, informar, mediante notificação, a inadimplência. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência da demanda.

Sobreveio réplica às fls. 121/131.

Audiência de tentativa de conciliação à fls. 137 que resultou infrutífera conforme termo de fls. 167.

Embargos de declaração às fls. 144/145.

Agravo de instrumento à fls. 149. Decisão agravada mantida conforme decisão de fls. 169. As partes foram instadas a produção de provas. A requerida manifestou interesse na prova oral à fls. 172, o que foi afastado pela decisão de fls. 174/175.

A Superior Instância negou provimento ao agravo interposto (fls. 182/187).

Parecer final do Ministério Público às fls. 199/212.

**É o relatório.**

**DECIDO** antecipadamente a lide por entender

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

completa a cognição.

Como já salientei a fls. 30, está demonstrado o vínculo contratual entre as partes e o pagamento das parcelas vencidas até o mês de novembro de 2015. Do mesmo modo, o documento de fls. 15 dá conta de que a ré não mais emitiu boletos nos meses seguintes a pretexto de o plano ter sido “cancelado em 20/11/2015, por falta de pagamento” (textual de fls. 15, com destaque).

Ocorre que seus prepostos entabularam acordo com a genitora do autor aceitando o pagamento, em 26/11/2015, dos meses de setembro, outubro e novembro que estavam em aberto.

Por outro lado, o autor sustenta a falta de sua notificação prévia sobre a possibilidade de cancelamento do plano de saúde, o que caracteriza violação ao inciso II, do parágrafo único, do art. 13 da Lei n. 9.656/98.

Em janeiro/2016 os prepostos da ré enviaram e-mail confirmando o pagamento e na sequência, em 12/02 os boletos seguiram via correio (c. fls. 106), agora referentes a dezembro/2015, janeiro e fevereiro de 2016.

Outrossim, a mensagem carregada a fls. 15 deixa claro que a ré aceitou, sem ressalvas, o pagamento em 26/11 mesmo que segundo ela o plano tenha sido cancelado no dia 20 do mesmo mês. Ou seja, praticou ato contraditório com seu desejo de rescindir gerando na consumidora a certeza de que tudo estava resolvido.

Mesmo a notificação de fls. 109 foi enviada a mãe do autor em 03/11/2015, ou seja, não respeitou os ditames do artigo já



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

citado.

A lei n. 9.656/98, que disciplina os planos e seguros privados de assistência à saúde, veda expressamente a sua rescisão unilateral por parte da prestadora do serviço, exceto nos casos de fraude ou inadimplemento de mensalidade por período superior a sessenta dias, consecutivos ou não, nos últimos doze meses de vigência do contrato, e desde que o consumidor seja comprovadamente notificado.

O autor não foi notificado pela contratada, na forma do supracitado artigo 13, parágrafo único, inciso II, da lei 9.656/98.

O objetivo da referida notificação não se limita a dar ciência do inadimplemento ao consumidor, mas se destina, principalmente, a alertá-lo da necessidade de purgar a mora para evitar a rescisão do contrato, condição essa não observada nos autos.

Como prevê a **súmula 94** - *A falta de pagamento da mensalidade não opera, per si, a pronta rescisão unilateral do contrato de plano ou seguro de saúde, exigindo-se a prévia notificação do devedor com prazo mínimo de dez dias para purga da mora.*

Concluindo: a postulada, mesmo diante da mora, aceitou o pagamento de parcelas subsequentes, vencidas nos meses de setembro, outubro de novembro de 2015, gerando no espírito da genitora do autor convicção de que tudo estava resolvido e, assim, o contrato poderia ser usufruído normalmente.

Nesse passo, cabe lembrar o princípio da boa-fé objetiva que deve estar presente em todos os contratos, impedindo o chamado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

***venire contra factum próprio***, ou seja, a prática de atos contraditórios.

Nesse sentido, o E. Tribunal de Justiça-SP, julgou o recurso de apelação nº 0006351-61.2010.8.26.0576, sob a relatoria do Des. Felipe Ferreira, em 29.07.2015, assim proclamou:

(...) Releva observar, a propósito, que o fato de a autora **ter efetuado o pagamento por quase dois anos (de janeiro a novembro de 2009) com o novo valor, sem ter manifestado inconformismo ou oposição de qualquer natureza, leva à inarredável presunção de que aceitara as novas condições impostas pelo locador.** A autora comportou-se como quem concorda com os reajustes aplicados pelo locador. (...). É princípio assente do direito dos contratos a boa-fé, que nada mais é do que o dever de agir de acordo com determinados padrões socialmente recomendados, de correção, lisura, honestidade, para não frustrar a confiança legítima da outra parte (Fernando Noronha, O Direito dos Contratos e seus Princípios Fundamentais, Saraiva, p.136)". (fls. 181/183) Dito isso, importa trazer à colação a ideia da 'supressio' entendida pela doutrina moderna como uma das figuras parcelares do princípio da boa fé objetiva que veda o chamado "venire contra factum proprium" que significa vir contra um fato próprio, decorrendo daí que **ninguém estaria autorizado a contrariar um comportamento por si mesmo praticado anteriormente, pois tal mudança de orientação, quebra a expectativa antes gerada, com ofensa à lealdade contratual.** Constitui a 'supressio' figura nova idealizada na aplicação do tempo e na consequente implicação da perda de uma situação jurídica subjetiva. É caracterizada pelo **comportamento de uma parte que impõe ao outro contratante a representação de que o direito não mais seria exercido.** Inafastável, assim, a expectativa da vedação ao comportamento



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

contraditório.

Ainda na mesma esteira, a Apelação nº 1004190-38.2014.8.26.0506, julgada pela 31ª Câmara de Direito Privado em 12/05/2015.

Em relação ao pleito de dano moral:

Embora a jurisprudência venha entendendo que o descumprimento contratual não enseja indenização por danos morais, o certo é que, como já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça, e **“em determinadas situações, a recusa à cobertura médica pode ensejar reparação a título de dano moral, por revelar comportamento abusivo por parte da operadora do plano de saúde que extrapola o simples descumprimento de cláusula contratual ou a esfera do mero aborrecimento, agravando a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do segurado, já combalido pela própria doença”** (AgRg. Nos EDcl. No REsp, n. 1.096.560, relator Min. Sidnei Beneti).

O autor passou a aflição de agendar uma consulta que necessitava e ter a mesma recusada sob a alegação de que seu contrato havia sido cancelado.

Seu sofrimento (aliado ao da genitora) deve ser reparado.

Assim me parece de rigor a proclamação da reparação pelo menoscabo moral experimentado pelo demandante

O STJ já consolidou o entendimento da dupla função dos danos morais, quais sejam: a de punir o agente causador do dano,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

inibindo-o de fazê-lo novamente e a de compensar aquele que sofreu o prejuízo.

Como já foi dito acima, a proteção do consumidor vai além da questão econômica, chegando à esfera da vida privada.

A reparação, em casos como o examinado tem grosso modo, dupla finalidade: **admonitória**, para que a prática do ato abusivo não se repita e **compensatória**, trazendo à vítima algum conforto econômico pelas agruras experimentados ao longo do penoso processo.

Nesse sentido Resp. 203.755/MS, DJ de 21/06/99 e Resp. 234.481/SP, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito.

De todos os critérios preconizados nos pretórios, tenho que o mais viável – porque evita a adoção de fórmulas mágicas que muitas vezes podem se perder no vazio – é a aplicação do denominado “critério prudencial”, referido na RT 650/63.

Assim, me parece justo que a ré indenize o autor com quantia equivalente a R\$ 5.000,00

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE O PLEITO** para o fim de tornar definitiva a tutela antecipada a fls. 30/31 a fim de que a ré mantenha ativo o plano de saúde do autor, nos termos em que contratado.

Fica, ainda, a requerida condenada ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R\$ 5.000,00 (cinco





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

mil reais) pelos dissabores experimentados pelo autor (representado pela genitora).

Ante a sucumbência, fica a requerida condenada no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 1.500,00.

Transitada em julgada a decisão, deverá o vencedor iniciar o cumprimento de sentença apresentando o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 e 524 do NCPC.

Publique-se e Intimem-se.

São Carlos, 06 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**